

Extracto do discurso de Dr. Figueiredo Lopes, Presidente da Comissão organizadora:

“Gostaria de sublinhar que o I Congresso Nacional de Segurança e Defesa, pela sua génese, organização e sustentação, é uma típica iniciativa da sociedade civil que pretende criar as condições para assegurar a participação alargada dos portugueses no debate dos temas em questão. É nossa convicção que o Congresso que nos propomos organizar nos moldes que acabei de expor e com os objectivos que fixámos é um grande desafio mas também uma oportunidade. Um desafio, antes do mais, à nossa capacidade de organização e também um repto à participação cidadã na análise e no debate de temas e de problemas que não nos podem ser indiferentes e dos quais a sociedade civil tem estado alheada.

Por isso, este Congresso é também uma oportunidade para sensibilizar e alertar os cidadãos em geral e em particular os responsáveis políticos, partidários e institucionais do nosso País para a necessidade de se definir uma estratégia nacional num tempo em que a segurança se tornou num problema global devido à natureza dos riscos, ameaças e vulnerabilidades que estão em jogo. Um problema que não nos pode ser indiferente porque tem reflexos no estilo de vida a que nos habituámos e porque é portador de mudanças que podem alterar a hierarquia de valores que hoje conhecemos.

Na Europa tem vindo a ser introduzido progressivamente este novo conceito de segurança nacional a que o próprio Tratado de Lisboa se refere em diversas disposições como, por exemplo, aquelas que reconhecem como funções essenciais dos Estado Membros “as que têm por objecto assegurar a sua integridade territorial, manter a ordem pública e salvaguardar a segurança nacional”.

O Reino Unido aprovou em Março de 2008 um primeiro documento intitulado “A Estratégia de Segurança Nacional do Reino Unido – a segurança num mundo interdependente”. É um documento pioneiro que nos oferece uma excelente ilustração do espectro de missões susceptíveis de serem atribuídas à Segurança Nacional e que vão desde a luta contra o terrorismo, até ao reforço e à reforma do sistema internacional, passando pela luta contra o crime organizado, a prevenção dos conflitos, a protecção civil contra as calamidades naturais, as consequências das alterações climáticas, o combate à pobreza e às desigualdades, de entre outras. Outros Estados europeus, como a França, procuram também clarificar e actualizar as suas doutrinas e as suas estratégias em matéria de segurança nacional.

Este é mais um bom motivo a conferir oportunidade a nossa iniciativa, cujas finalidades principais são, em resumo: sensibilizar os cidadãos para as importantes questões da segurança e defesa; e identificar contributos para a definição do conceito estratégico e das políticas de segurança nacional de que o nosso País carece para planear e executar uma das mais importantes funções do Estado que é a segurança de Portugal e dos portugueses.”